

## **A juventude negra brasileira sob cerco: o racismo estrutural elevado à necropolítica e a Psicologia**

Larissa Batista Pereira Araújo<sup>1</sup>

Lila Maria Spadoni<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo analisa, por meio de revisão bibliográfica, o posicionamento da psicologia frente às violências estruturais, tendo como máxima a necropolítica (Mbembe, 2011), que atravessam as existências dos jovens negros no Brasil. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica documental, com análise de dados através do software Iramuteq. Conclui-se que a psicologia brasileira ainda precisa se fortalecer em suas bases sociais e históricas, assumindo um papel que seja ético-político frente às demandas de seus povos e seus territórios, que ainda ecoam fortemente as violências herdadas dos processos de colonização – e isso inclui o racismo estrutural, base das dinâmicas institucionais e relacionais brasileiras, e base da necropolítica. Em meio aos processos de assujeitamento, de vulnerabilização, descartabilidade, faz-se necessário ressaltar também os esforços comunitários, de resistência: repensar e reconstruir coletivamente as possibilidades de presente e de futuro.

**Palavras-chave:** juventude negra, necropolítica, violência estrutural, Brasil.

## **La juventud negra brasileña bajo cerco: el racismo estructural elevado a necropolítica y la Psicología**

<sup>1</sup> Larissa Batista Pereira Araújo – Acadêmica de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup>. Dra. Lila Maria Spadoni – Doutora em psicologia pela Université Paris Descartes, Sorbonne, França, revalidado pela UNB. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PSSP) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

### **Resumen:**

El presente estudio analiza, a partir de una revisión bibliográfica, la posición de la psicología frente a las violencias estructurales, tomando la necropolítica (Mbembe, 2011) como eje central que atraviesa las existencias de los jóvenes negros en Brasil. Para tal efecto se realizó una investigación bibliográfica documental, con análisis de datos mediante el software Iramuteq. Se concluye que la psicología brasileña aún necesita fortalecer sus bases sociales e históricas, asumiendo un papel ético-político frente a las demandas de sus pueblos y territorios, que siguen reproduciendo con fuerza las violencias heredadas de los procesos de colonización –incluyendo el racismo estructural, base de las dinámicas institucionales y relacionales brasileñas, y fundamento de la necropolítica. En medio de procesos de sometimiento, vulnerabilización y descartabilidad, también es necesario resaltar los esfuerzos comunitarios y las formas de resistencia que buscan repensar y reconstruir colectivamente las posibilidades de presente y de futuro.

**Palabras clave:** juventud negra, necropolítica, violencia estructural, Brasil.

### **INTRODUÇÃO**

A morte de jovens negros brasileiros pelas mãos do Estado constitui um fenômeno estrutural que pode ser compreendido pela historicidade do Brasil como tal. A persistência desse fenômeno demarca a complexidade do entrecruzamento das violências estruturais, desdobradas no racismo estrutural, nas desigualdades sociais, reforçadas pela lógica neoliberal, que sustentam, em conjunto a ideologia de produção e gestão da vida e da morte exercidas pelas dinâmicas de poder estabelecidas em diferentes níveis – ressaltando os âmbitos socioeconômicos e de raça.

Essa lógica dita quais são as vidas e os sujeitos que carregam valor e merecem viver, regendo o pensamento médio da população, enquanto estabelece políticas de segurança pública que, distorcidas, passam a atuar como políticas de extermínio contra o grupo supracitado. Revela-se, portanto, um projeto político de controle e extermínio de populações consideradas descartáveis. Tal compreensão se encontra no conceito de necropolítica, de Achille Mbembe (2011), que implica necessariamente em reconhecer o caráter colonial e ainda racista das estruturas, instituições e dinâmicas sociais que perpetuam dispositivos e dinâmicas de aniquilação nas populações negras e periféricas.

O presente estudo, portanto, adota-o como conceito norteador, enquanto busca analisar o posicionamento da psicologia como área de conhecimento, produção e atuação diante do cenário em que tal formato de gestão de vida e morte é naturalizada, ou mesmo desejada, como política pública. Ainda, busca-se refletir acerca das possibilidades de contribuições e intervenções a partir da do aporte teórico da Psicologia Social Latinoamericana, que carrega consigo a proposta de colaborar na transformação das condições estruturais de existência de seus sujeitos.

De caráter bibliográfico, a pesquisa parte do levantamento e análise de artigos que pensam a violência estatal, sublinhando as discussões sobre os modos de subjetivação em contextos de violências e de privação de direitos; sobre o encarceramento em massa, posto como ferramenta de controle de corpos e gestão social; as diferentes frentes políticas (sociais, de segurança e educacionais) e as possibilidades de resistência e enfrentamento.

Ao longo das próximas seções serão analisados os principais eixos temáticos emergidos, alinhados ao chamado feito à psicologia – enquanto ciência e prática social – para refletir sua função, sua atuação e compromisso ético frente às problemáticas sociais e históricas, ainda hoje produtoras de sofrimento ético-político (Sawaia, 2001). O

caráter da discussão que aqui se apresenta, escancara as particularidades das questões existentes no extenso território brasileiro, e demanda uma revisão epistemológica e metodológica a fim de questionar as estruturas de dominação que persistem, e persistem relegando os mesmos sujeitos ao estado de subjugação, estruturando novas possibilidades práticas.

## **OBJETIVO**

O presente trabalho se propõe à apreensão do modo como a psicologia vem lendo e se posicionando frente ao fenômeno das violências institucionais contra a juventude negra brasileira. Os estudos publicados na área da psicologia e da saúde, que sejam atravessados pelo conceito de Necropolítica (Mbembe, 2011), serão articulados, ainda, com análises acerca das desigualdades e do racismo estrutural no Brasil (Sawaia, 2001; Carneiro, 2023), a fim de compreender o complexo enlace de tais fenômenos.

## **METODOLOGIA**

O trabalho empreendido é uma revisão bibliográfica acerca da violência estrutural no Brasil, mais especificamente quando ela atua por meio da política de morte – ou necropolítica (2011) como nomeia o intelectual camaronês Achille Mbembe – que se volta contra a população negra do país.

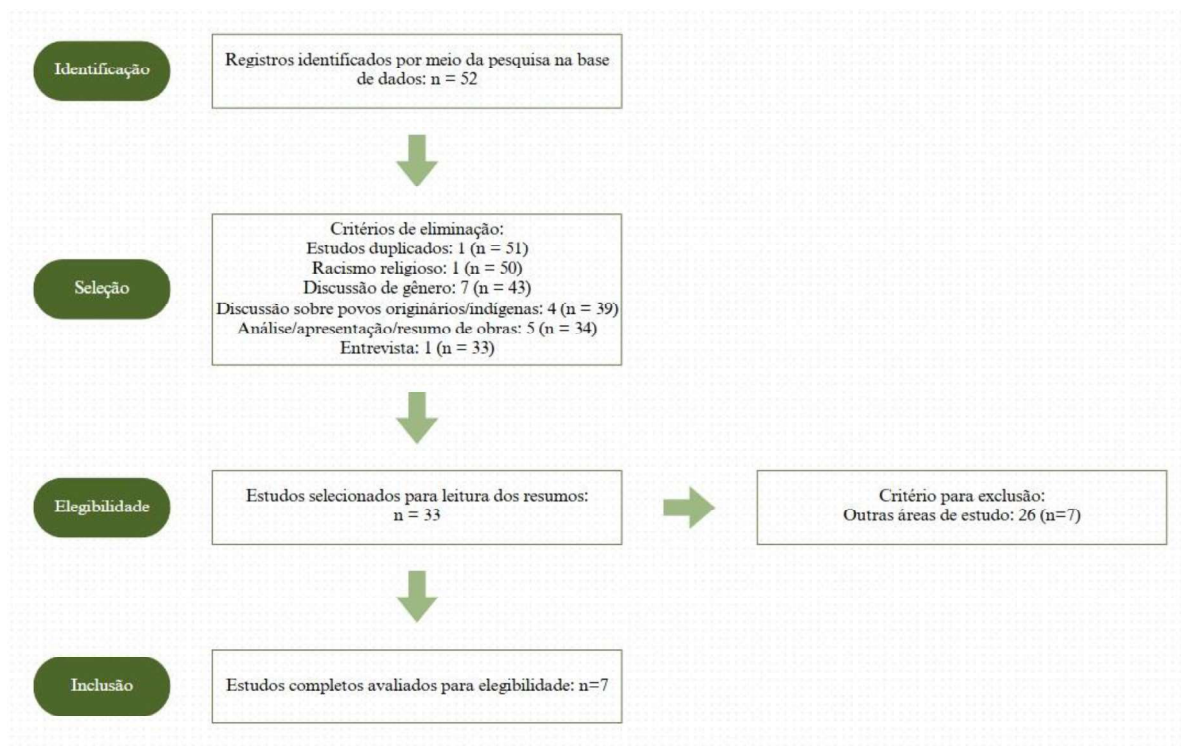
O início do processo de pesquisa se deu por meio da revisão sistematizada da literatura, a partir do Portal de Periódicos da CAPES. Para tal, foram utilizados os termos de busca: “violência estrutural E psicologia OU Estado E necropolítica”. O recorte temporal estabelecido foi de 2000 a 2025 – ajustado automaticamente pela

plataforma para 2016 a 2025 –, com aplicação, também, dos filtros de idioma (português), produção nacional e restringindo os resultados à área da saúde, resultando em 52 artigos (ver Figuras A1, A2 e A3 no Anexo A).

Após lidos os títulos e palavras-chave, foram retirados: artigo duplicado (um), estudos que apresentavam outros recortes de violência, como racismo religioso (um), violências e discussões de gênero (sete) e sobre o genocídio contra os povos originários/indígenas (quatro) e outros formatos de material, não condizentes com o buscado (análise, apresentação e resumo de obras, e entrevista, totalizando seis).

Restaram, a partir de então, 33 artigos para leitura dos resumos. Destes, 26 foram retirados por serem discussões a partir de outras áreas do conhecimento – como ciências sociais, história, direito, educação, geografia, arte, linguística e comunicação. Eles podem auxiliar na argumentação ampla do trabalho que se seguirá, levando-se em conta que a problemática das violências estruturais pede por leituras e compreensões por diversas frentes, ângulos e enfrentamentos também multiprofissionais.

No entanto, tendo em mente que o objetivo do presente estudo é abarcar especificamente as discussões realizadas a partir da psicologia e da saúde coletiva, foram eleitos sete estudos para leitura e análise completa (Figura 1).



**Figura 1** – Fluxograma da seleção dos estudos adaptado do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses - PRISMA (Moher et al, 2015)

Após a eleição dos artigos, foi composto o *corpus*, que consiste em um documento contendo os resumos codificados dos sete estudos, para que os dados fossem tratados pelo Iramuteq, software gratuito que realiza análises estatísticas de dados textuais por meio da Análise de Similitude e do Dendograma, auxiliando o início da análise qualitativa dos textos-base.

A Análise de Similitude ajuda na identificação das relações existentes entre os termos apresentados pelos textos: quanto mais larga a linha que liga as palavras e/ou conceitos, mais eles se apresentam relacionados no *corpus*. Já o Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) organiza o *corpus* em classes de segmentos que apresentam vocabulário semelhante entre si, ao mesmo tempo em que as

diferencia pela mesma métrica. Aqui, foram criadas sete classes que buscam auxiliar a interpretação dos eixos apresentados pelo corpus textual apresentado.

## RESULTADOS

A partir da Análise de Similitude (Figura 2), tem-se que o núcleo principal, com distância, se encontra no termo “violência” que, por sua vez, se liga a outros núcleos menores, representados pelos termos “adolescente” e “psicologia”. Estes se ligam a “social”, ligado a “política”. A partir de “adolescente”, desenrola-se também o galho denominado “necropolítica”, conceito cunhado por Mbembe (2011), utilizado como um dos pilares do presente estudo.



**Figura 2** – Imagem gerada pelo Iramuteq como resultado da análise de similitude.

O núcleo principal, representado pelo termo “violência”, está ligado a outros termos, sendo que, quanto mais larga a linha que os conecta, maior a relação encontrada no *corpus*. Assim sendo, o termo principal está ligado a: adolescente, psicologia, analisar, homicídios, estrutural, efeito (este, ligado a criminalizar, negro e drogas), impacto, armada (ligado à saúde), servir, vida (ligado a morte), criminalidade, racismo (por sua vez, ligado a enfrentamento e estratégias), objetivo e autor.

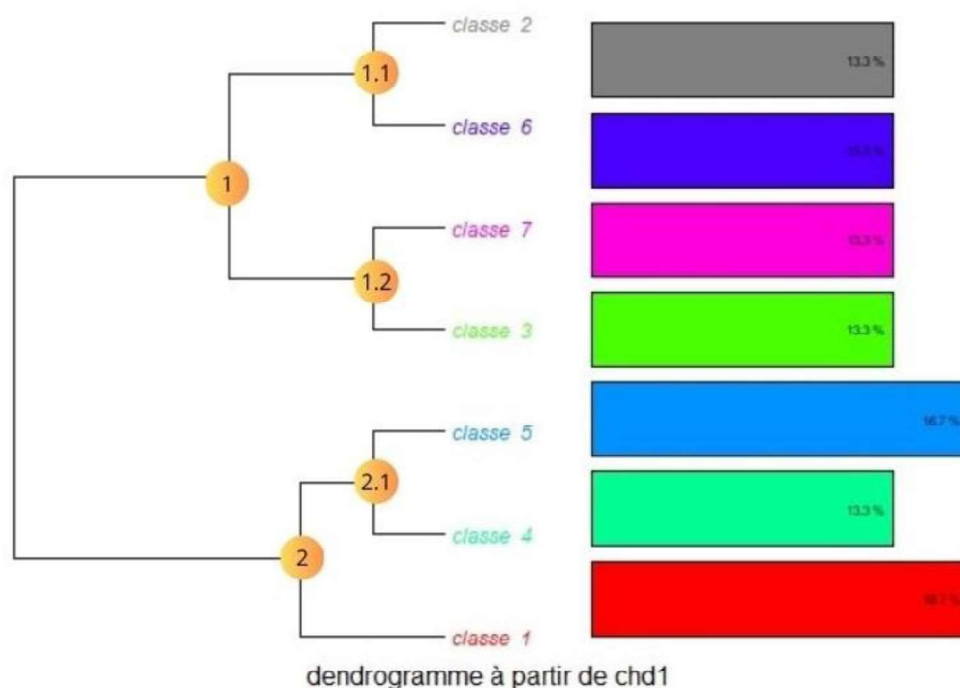
Este núcleo, “violência”, inicia a reflexão a respeito de uma violência estrutural, que, tendo o racismo como um de seus eixos de manifestação, caminha em conjunto com a aproximação da imagem do jovem negro à drogadição de forma generalizada, conseqüentemente, à criminalização também dos sujeitos, e a aproximação do jovem negro a uma marginalidade a ser combatida. Ainda neste núcleo, aponta-se a necessidade de pensar estratégias de enfrentamento ao racismo, pensando a manutenção da saúde, bem como da vida das populações negras.

Ainda, apresentado na parte superior à esquerda, tem-se o fenômeno do encarceramento em massa, que comparece na literatura nacional como um instrumento de efetivação do racismo estrutural e uma tradução do caráter punitivista e racista do sistema judiciário brasileiro (Carneiro, 2013; Almeida, 2019). Esta compreensão, na Análise de Similitude, comparece no núcleo “política” – por sua vez, fortemente ligado a “social”. A partir do termo “política”, desdobram-se: educacional, questões (ligado a necessário), segmento, que se desdobra em dois galhos (1) discussão e (2) massa, encarceramento e juvenil.

A partir do *corpus* apresentado, pode-se também abstrair que os artigos abarcados pelo presente estudo têm na educação um campo possível de construção de resistência e enfrentamento. O termo aparece duas vezes no gráfico: uma, como um galho do núcleo “política” (compreendendo-se, portanto, que diz respeito a discussões acerca de políticas educacionais); outra, relacionada ao núcleo “social”.

Faz-se importante ressaltar que há dois termos ligados ao núcleo “social”. Um deles é “psicologia” – desdobrado em discutir, desafio, expressões e violências, utilizar, Mbembe, estudo e principal. O outro é “adolescente”, desdobrado em profissional, infracionais e ato (em um galho ascendente), e necropolítica em um galho descendente – e este, por sua vez, se desdobra em preto, artigo, brasil, abordar, apresentar, maior e produzir.

No que diz respeito ao Dendrograma de CHD (Figura 3), a partir do *corpus* textual apresentado, composto por 7 textos e 41 segmentos de texto (ST), foram identificadas 612 formas, ou palavras diferentes, e 1.457 ocorrências – sendo este o total de palavras. Entre elas, 461 foram realmente consideradas na análise (formas ativas). A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) gerou 7 classes ao todo, correspondendo a 73,17% dos segmentos de texto classificados.

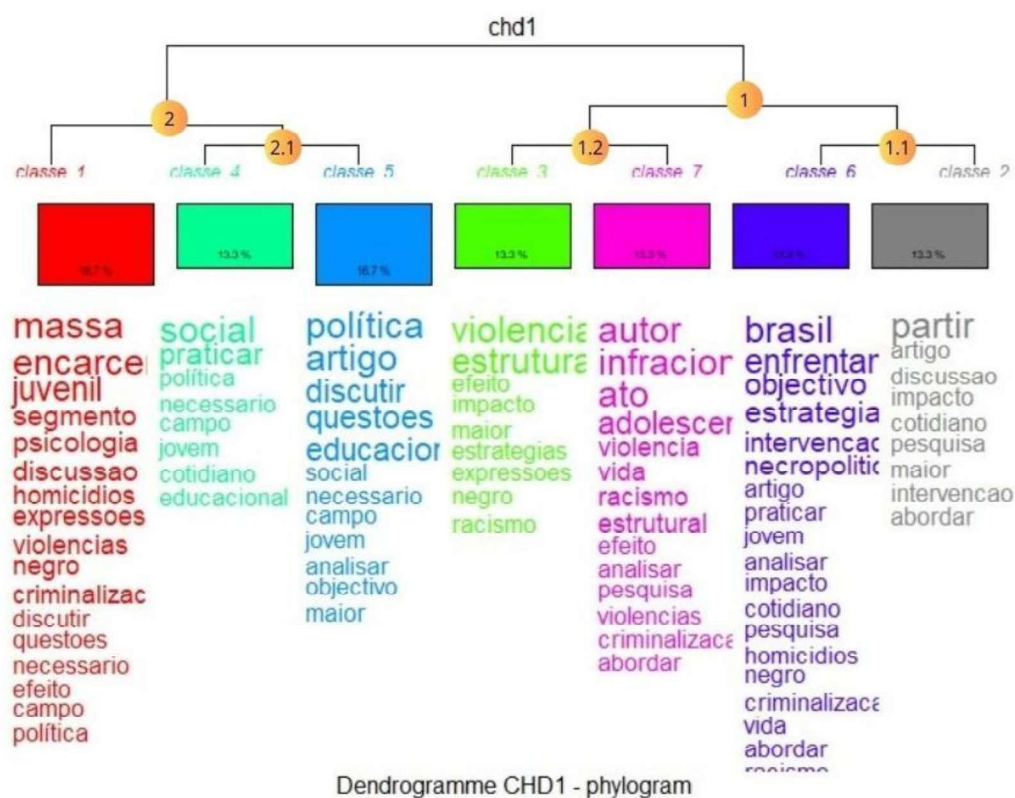


**Figura 3** – Dendrograma gerado pelo Iramuteq a partir da análise do *corpus*.

Na Figura 4, abaixo, as Classes (7 ao todo) são organizadas a partir de dois grandes grupos. O primeiro, da direita para a esquerda, número 1 dentro da bola alaranjada, contém quatro classes (2, 6, 7 e 3), recebe o título de “A estrutura violenta do racismo à brasileira”. Ele se subdivide em dois outros grupos (1.1 e 1.2), intitulados “Metodologias e estratégias de enfrentamento e intervenção frente à necropolítica no Brasil” e “Os efeitos da violência estrutural nas adolescências negras”, respectivamente.

O segundo grande grupo, número 2 dentro da bola alaranjada, é intitulado “Vias de gestão da juventude negra brasileira”. Ele se subdivide em dois ganchos, um (2.1), contendo as classes 5 e 4, intitulada “A relevância das políticas e práticas sociais

cotidianas”, e o segundo gancho é composto pela Classe 1, que será abordada mais adiante.



**Figura 4** – Classificação textual (Dendograma de CHD) gerado pelo Iramuteq a partir da análise do corpus textual.

Quanto às classes, individualmente, tem-se, da direita para esquerda, a Classe 2 (cor cinza), constituída por um discurso que tange o fazer científico acerca do tema apresentado, a partir dos termos: partir, artigo, discussão, impacto, cotidiano, pesquisa, maior, intervenção, abordar. Esta classe, intitulada “Metodologia”, explica 13,3% do *corpus*.

A partir do mesmo galho, em um segundo ramo, a tem-se a Classe 6 (roxa), intitulada “Possíveis enfrentamentos à necropolítica à brasileira”, é apresentada a

discussão acerca do enfrentamento (estratégias, intervenções) acerca do cenário brasileiro de criminalização das vidas da juventude negra, a partir do conceito de necropolítica. Esta classe explica também 13,13% do *corpus*, e seu vocabulário principal é: Brasil, enfrentar, objetivo, estratégia, intervenção, necropolítica.

A Classe 7 (rosa) inicia um outro galho, conectado à classe seguinte (3, verde), mas ambas se conectam também a um gancho maior, que contém quatro classes: 2, 6, 7 e 3. A Classe 7, nomeada “Adolescentes negros e atos infracionais”, tem como foco a discussão acerca dos adolescentes propriamente ditos, e a relação existente entre atos infracionais e a estrutura social perpetradora de desigualdades (racismo estrutural) – aqueles como produto final desta. O vocabulário dessa classe (13,3%) fica centralizado em: autor, infracional, ato, adolescente, vida, pesquisa, violências, estrutural, criminalização, abordar.

A Classe 3 (verde), “As expressões da violência estrutural”, aborda diretamente a questão da violência estrutural, suas expressões e impactos sobre a juventude negra. Este é um galho que carrega um viés mais analítico e crítico do discurso proposto, efetuando o deslocamento do âmbito individual apresentado na classe anterior (7, rosa), para o âmbito social, estrutural. Por meio das palavras violência, estrutura, efeito, impacto, maior, estratégias, expressões, negro, racismo, a classe explica 13,3% do *corpus*.

Em seguida, a Classe 5, em cor azul, intitulada “Políticas educacionais”, inaugura uma segunda ramificação, que abarca as três últimas classes (5 e 4 e, à parte, a classe 1). Ela explica 16,7% do *corpus* apresentado, e se volta à discussão política e analítica do discurso apresentado, e tange também o âmbito educacional/acadêmico/de produção de conhecimento da discussão proposta. O vocabulário principal dessa classe é: política, artigo, discutir, questões, educacional, social, analisar, objetivo, maior.

Em verde-água, a classe 4 (13,3%), “Políticas sociais”, apresenta o âmbito das práticas sociais vinculadas à política e à educação, em relação ao tema discutido. Assim, tem-se uma tentativa de resposta prática e pedagógica às violências estruturais, conectando a educação à ideia de enfrentamento. Isso se dá por meio das palavras: social, praticar, política, necessário, campo, jovem, cotidiano, educacional.

Por fim, a Classe 1 (em vermelho, explicando 16,7% do corpus), “Políticas de ‘segurança’ e a criminalização da juventude negra”, se refere às dimensões estrutural e institucional da violência contra a juventude negra, dando destaque à política de encarceramento em massa, e ressalta também o papel da psicologia frente às discussões acerca das expressões dessas violências. As palavras desta classe são: massa, encarcere, juvenil, psicologia, discussão, homicídios, violências, negro, criminalização, campo, política. – Também um eixo fundamental em relação à leitura crítica da temática.

A partir desse último eixo, faz-se indispensável questionar como a psicologia e seus profissionais têm compreendido e lidado com o âmbito subjetivo – ou aos processos de subjetivação desses sujeitos (Rode e Teixeira, 2023) – frente às violências que os atravessam e ameaçam desde muito cedo.

Abaixo, adentraremos as temáticas apresentadas de forma mais substancial, iniciando pelo processo de subjetivação das populações negras e pobres brasileiras.

## **DISCUSSÃO**

### **Subjetivação em contextos de violências e privação de direitos**

Pensar subjetividades e processos de subjetivação implica em considerar os contextos em que cada sujeito se insere e se desenvolve. Em se tratando das populações

negras, pobres e periféricas brasileiras, portanto, implica em olhar, necessariamente, para o contexto socioeconômico e político – este mesmo em que o Estado se ausenta em termos de provimento e garantia de políticas públicas e volta a ocupar como força repressora.

O processo de subjetivação, nesses contextos, ocorre sob o impacto de violências diversas – simbólicas, físicas, institucionais – que dificultam o exercício da cidadania e o desenvolvimento de um senso de “eu” que seja dotado de um reconhecimento social positivo. Atravessados desde muito cedo pelos estigmas e pela lógica de exclusão mascarada como inclusão (Sawaia, 2001), o desenvolvimento dos jovens negros se dá de forma próxima a categorias de perigo, ameaça e degenerescência – o que ilustra a centralidade dos discursos como constituinte do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023). Tal discussão entremeia a Classe 3 apresentada no Dendograma (Figura 4), que abarca, entre outros temas-chave, os efeitos e as expressões das violências e do racismo estrutural nesses jovens.

No sentido de ampliar as leituras do fenômeno social, Achille Mbembe (2011) estende o conceito foucaultiano de disciplinarização para postular que, na contemporaneidade, se tem o governo da morte. Nesse cenário, o Estado se coloca no exercício da administração sobre a existência física e simbólica de determinados grupos; e age desde a negação de direitos fundamentais até a violência e o extermínio por parte da força policial. O dispositivo (também um conceito emprestado, por Sueli Carneiro, do filósofo francês) de racialidade tem parte fundamental na construção de tal mecanismo, já que opera normalizando, por exemplo, as posições hierárquicas, desigualdades, legitimando as violências e assujeitando os “corpos” negros.

Tem-se, então, que a subjetivação dada em tais condições está sob constante tensionamento entre sentimentos negativos, como não pertencimento e medo, e a

necessidade de forjar rotas para sobrevivência em níveis diversos – simbólicos, materiais e de manutenção da vida. O trauma coletivo, o medo e a descrença nas instituições configuram o chamado sofrimento ético-político (Sawaia, 2001), que se trata da dor advinda da exclusão e da opressão, por um lado, individual, mas antes e principalmente, no âmbito coletivo, como expressão de contradições e desigualdades estruturais, historicamente construídas.

Nesse campo de disputas que é, ou que se torna, a subjetividade do jovem negro periferizado, não cabe a redução do fenômeno a explicações psicologizantes e categorias diagnósticas. Antes, é necessário compreendê-la como efeito das condições que lhe são ofertadas, efeito do abandono institucional e da violência estatal, e a consequente precarização, desvalorização e, por vezes, a invisibilização de sua existência. O Estado, para esses sujeitos, não é o que se compreende como estado democrático de direito, mas um constante estado de exceção, aproximando a experiência de vida desses sujeitos da sensação de viver à beira da morte (Rode e Teixeira, 2023; Mbembe, 2011).

Em meio a esse complexo emaranhado de tensionamentos, tem-se o agravante da ideologia vigente, neoliberal, que caminha no sentido de responsabilização dos indivíduos por seus êxitos e falhas. Os grupos racializados e periferizados muitas vezes não escapam à adesão a essa racionalidade, constituindo-se mais uma das contradições formadoras do tecido social. Tem-se, assim, uma nova faceta do conceito de sofrimento ético-político. Por um lado, as estruturas impedindo que as existências desses grupos se realizem plenamente, por outro, a culpabilização pela própria vulnerabilidade continuada.

A isso, soma-se a criminalização da existência do sujeito negro (Carneiro, 2003) por meio da construção histórica de uma figura que representa ameaças ao bem-estar e à

segurança individual e coletiva – que guarda, ao fundo, o medo de uma ameaça ao *status quo*. Isso fica ilustrado na Análise de Similitude (Figura 2): a estreita proximidade do termo “violência” e “adolescente” às ideias de criminalidade, de autoria de atos infracionais e de criminalização por meio das drogas (uso ou comércio).

O sujeito negro, portanto, é continuamente interpelado como um “inimigo” da coletividade. Nessa dinâmica entre o “Eu” e o “outro”, como postula Sueli Carneiro (2003), os direitos à subjetividade, à narrativa própria e ao desejo, são negados e, mais gravemente, esse “Outro” é encarado como uma existência a ser apagada.

A forma que se dá a esse “apagamento” pode ser diversa. Em última instância, fala-se da perda da vida, seja individual ou de grupos inteiros – e os exemplos na história brasileira se atualizam constantemente. No entanto, antes, há a privação de direitos que permite que a morte se dê como um processo: por meio da ausência da efetivação das políticas públicas, da ausência de possibilidades reais de acessos (à saúde, educação, moradia, alimentação e lazer), desemprego estrutural, dentre outros. Há também o achatamento ou a morte simbólica – por meio, por exemplo do epistemicídio da razão, cultura e da civilidade da população negra (Carneiro, 2023).

Ainda, deve-se apontar a instrumentalização da justiça e da segurança pública como forma de gestão social, sendo elas meios de controle dos corpos racializados e suas subjetividades, que desemboca no fenômeno do encarceramento em massa das pessoas negras, principalmente de homens negros.

### **Encarceramento em massa como ferramenta de controle de corpos e gestão social**

O encarceramento em massa contemporâneo se apresenta como continuidade de formas antigas, coloniais, de dominação racial. Ao prender, o Estado se coloca não

apenas como espaço de punição por meio da retirada de liberdade, mas reafirma seu poder de designar as fronteiras entre quem merece proteção e as que podem ser descartadas. A discussão que aqui se desenvolve, comparece na Classe 7 do Dendograma (Figura 4), na qual ficam aproximadas as ideias das adolescências vinculadas aos atos infracionais e às criminalizações – que pode ser entendida, dentro da ideologia vigente, como realidade, mas, ao ser problematizada, pode-se entender que a mera existência dos sujeitos negros é criminalizada (Carneiro, 2023).

Isso se dá por meio da construção histórica, social, da figura do “criminoso”, que passa a ser “o outro” da cidadania. Dentro da lógica vigente, passa-se a ter como justificável e justificada a violência institucional e a suspensão de direitos (Ribeiro, 2021) – o que se apresenta como fundamental para o exercício do poder disciplinar, que se propõe à “correção” dos corpos desviantes em prol da manutenção da ordem social.

O “cárcere”, historicamente, funciona como um dispositivo de docilização de subjetividades por meio do medo e da humilhação, sendo o encarceramento em massa a expressão máxima da política de controle sobre a população negra, principalmente masculina (Rode e Teixeira, 2023; Barros, Benício e Bicalho, 2019). Ainda, deve-se considerar, no contexto brasileiro, a própria estrutura do sistema prisional, que, muitas vezes, culmina em uma fragilização dos vínculos sociais dos sujeitos encarcerados e de uma interrupção da trajetória de vida. Na visão mbembiana (2018), trata-se de um meio de eliminar simbólica e/ou física esses sujeitos: a prisão como um instrumento de contenção e desaparecimento, como são também, em termos históricos, os manicômios brasileiros.

Os estudos analisados trazem também, vinculada ao encarceramento em massa, a mercantilização da segurança – a ampliação de indústrias de monitoramento, construções de presídios e terceirização de serviços de gestão penal, por exemplo,

transformam esses corpos em ativos econômicos. Mbembe trata da problemática como uma reedição contemporânea da economia escravagista. O corpo negro continua sendo fonte de lucro. Tem-se, assim, que o sistema prisional brasileiro é, simultaneamente, mecanismo de controle social, negócio lucrativo, estruturando-se sobre e, ao mesmo tempo, sendo base para a precarização da vida e a reprodução da morte – ambas de forma sistemática (Ribeiro, 2021).

Nesse viés de análise, portanto, fica posto que a seletividade penal, que recai fortemente sobre jovens negros e pobres, demonstra que o encarceramento não é exatamente uma resposta à criminalidade, senão expressão da própria desigualdade – construída e mantida. Assim sendo, o sofrimento psíquico infligido aos jovens privados de liberdade e suas famílias é não apenas um trauma individual, mas coletivo, que expressa o funcionamento profundamente desigual e injusto de um país que tem, imbricados em sua constituição, processos profundamente violentos, dos quais, até aqui, se recusa a abrir mão.

O encarceramento em massa deve, assim, ser compreendido como um dos núcleos de sustentação da necropolítica à brasileira, caminhando juntamente às decisões estatais de quem pode ser excluído, silenciado e/ou eliminado, sendo uma das formas de efetivação do que deveria ser a política de segurança pública. As Classes 7 e 3 (Figura 4), intitulada “Adolescentes negros e atos infracionais” e “Expressões da violência estrutural”, respectivamente, permitem reflexões acerca dos impactos dessas desigualdades nas vidas dos jovens negros brasileiros, as quais podem ser enfrentadas por frentes diversas, dentre elas, por meio das políticas públicas.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar as políticas que atravessam e ditam as dinâmicas das juventudes negras brasileiras, a fim de compreender as formas de governamentalidade que sustentam a produção e gestão de morte e vida no território.

Para tal, partiremos do Dendograma obtido a partir do *corpus* textual (Figura 4), em que foram identificadas e nomeadas três classes específicas voltadas para essa temática, sendo elas: políticas sociais, políticas de segurança e políticas educacionais.

### **As diferentes abordagens: políticas sociais, de segurança e educacionais**

Em uma primeira instância, conta-se com uma articulação entre políticas que, embora formalmente distintas, deveriam operar em um sentido mesmo de garantia de direitos e bem-estar populacional. No entanto, a realidade posta é que, ao invés de garantir direitos e cidadania, elas frequentemente funcionam como mecanismos de regulação social, responsáveis por administrar as dinâmicas de inclusão/exclusão (Sawaia, 2001) e conter as consequências que se desdobram a partir das estruturas desiguais.

As estratégias de gerência social, por meio de diferentes frentes (saúde, educação e segurança), sugeridas para reflexão na Classe 4 do Dendograma (Figura 4), são ampliadas na compreensão mbembiana, colocando o racismo estrutural como o operador que, legitimando as exclusões e violências como ferramentas de gestão, faz com que a biopolítica (foucaultiana) alcance sua máxima por meio do poder de morte.

Na lógica neoliberal, embebida pelo funcionamento da necropolítica, as políticas sociais, historicamente concebidas como instrumentos de promoção de igualdade, tornam-se ferramentas de administração da pobreza, sendo inclusive negociáveis e rentáveis, especialmente em contextos eleitoreiros. Essas políticas passam a ser fragmentadas, oferecendo alívios pontuais, sem questionar e, portanto, sem causar modificações reais nas causas estruturais das desigualdades (Barros, Benício e Bicalho, 2019).

No âmbito da segurança pública, a problemática se torna ainda mais evidente. As políticas de “segurança” comparecem, no Dendograma (Figura 4), como a classe que mais explica o *corpus* textual, a Classe 1 – demonstrando a grande relevância e urgência de pensar e problematizar a forma como elas são efetivadas, e que as políticas de segurança organizam as formas de gestão das adolescências em questão.

Paralelamente ao discurso e à imagem do corpo negro como inimigo, como ameaça e como sujeito degenerado, há o discurso da “guerra às drogas”, que legitimam operações policiais em territórios periféricos e justificam as violências extremas cometidas nesses espaços, contra as populações que ali vivem. Trata-se de estratégias de extermínio legitimados, nas quais o Estado possui o poder de matar e, habitualmente, não presta contas.

A transformação do jovem negro em corpo-alvo e da periferia em território inimigo faz parte de uma gramática colonial. Trata-se da transformação desses espaços em zonas de exceção e ali os direitos estão suspensos e as mortes naturalizadas. Como parte fundamental dos dispositivos de controle e de racialização está o discurso, que inclui o discurso midiático, reprodutor do medo e responsável por aprofundar cotidianamente a indiferença social frente à brutalidade do Estado contra esses grupos.

Já em se tratando do campo das políticas educacionais (Classe 5), tem-se que elas também se efetivam de forma desigual para diferentes grupos. E nas instituições escolares, tem-se uma zona de ambiguidade: ao mesmo tempo que comparece como espaço possível de emancipação, é também de uma zona de reprodução das lógicas postas. Trata-se, portanto, de mais um campo de disputa simbólica e de (re)construção de sentidos ou de reprodução das desigualdades e dos racismos institucional e estrutural.

A escola como instituição inserida nas dinâmicas sociais vigentes e, mais ainda, como tecnologia de governamentalidade de sujeitos, ensina a obediência, a adaptação e a internalização de opressões. Por meio do discurso neoliberal, meritocrático, a responsabilidade pelo fracasso, também a nível escolar, é redimensionada, tornando-se individualizada. Assim, novamente a juventude negra, sistematicamente privada de oportunidades e de possibilidades de acessos, é culpabilizada por seu “destino”.

Faz-se necessário ressaltar, no entanto, que há também espaços de ensino em que são estabelecidas dinâmicas e experiências pedagógicas que se oferecem como alternativas e se baseiam na valorização das identidades negras, da escuta, da arte e do esporte, forjando caminhos contra-hegemônicos e zonas de resistência – muitos deles se realizam inclusive dentro dos territórios periferizados. Assim, rompe-se, ainda que parcialmente, com o pacto racista instituído estruturalmente, com o pacto da necropolítica – novamente, de anulação também simbólica – que atravessa também o sistema de ensino tradicional (Gurski e Bianco, 2023; Silva e Batista, 2020).

Ainda enquanto análise de uma possível frente educacional, tem-se a inserção da psicologia como campo de produção de conhecimento. Enquanto inserida no contexto latino-americano, ou ainda, no contexto brasileiro, é necessário o mergulho nas análises estruturais dos fenômenos que aqui se desenrolam.

### **Possibilidades de resistência e enfrentamento**

A análise do conceito de necropolítica inclui a ideia de que tal forma de governo não se sustenta apenas pela força física do Estado, mas pelo controle simbólico e afetivo societal, que, inclusive, naturaliza o extermínio das populações negras. Faz-se necessário considerar, no entanto, que toda força repressora ou opressora gera uma força

de resistência – assim sendo, nesses mesmos espaços de disputas simbólicas e objetivas, há potências de subjetivação que conseguem, exitosamente, contornar a lógica de morte imposta e sua naturalização. A discussão acerca das estratégias de enfrentamento e resistência comparecem na Classe 6 do Dendograma (Figura 4).

Nesse sentido, são apontados o senso de coletividade, que resiste, e dele emergem gestos de criação, solidariedade e reinvenção da vida. Por meio da linguagem, da cultura, da recuperação de vozes e narrativas, da produção de memórias e do afeto comunitário, são mantidas e fortalecidas as possibilidades positivas de subjetivação e reinvenção de significados que subvertam a lógica violenta que se impõe. Tem-se, portanto, que a resistência não é apenas reação, mas ato de criação política e estética (Silva e Batista, 2020).

Além das práticas culturais, aparece também a relevância das redes comunitárias, que apontam para o pensamento de Martin-Baró (2006), de que a libertação não se dá via superação individual do sofrimento, mas pela organização coletiva. Tais redes comunitárias podem ser familiares, vizinhanças, grupos institucionais ou mesmo por meio de profissionais da saúde e da educação (Silva et al, 2021; Benício et al, 2018); por meio delas, é possível a construção cotidiana de estratégias micropolíticas de enfrentamento, mesmo em meio ao medo e à precariedade.

Assim sendo, se a necropolítica é o governo da morte, resistir é reinventar modos de viver – por meio da linguagem, por meio da arte, da coletividade. Trata-se de abrir espaços à possibilidade de expressar e criar novos significados às vivências, nomeá-las ou mesmo nomear a própria existência de uma nova forma. Este é um dos campos e das formas de atuação da psicologia.

Em relação a ela – à Psicologia – enquanto inserida na realidade de um país de dimensões continentais e fundado sob processos de colonização profundamente violentos, e que ainda mantém vivas em suas estruturas, em seu funcionamento basilar, reproduções dessas mesmas violências – apenas atualizadas –, faz-se também viva a necessidade de remodelar, de atualizar epistemologias e práxis a partir dessa realidade mesma. Deve-se, portanto, considerar a complexidade intrínseca à constituição do país, seus fenômenos e dinâmicas de poder, bem como seus efeitos, diretos e indiretos, na constituição de seus sujeitos – especialmente esses subjugados, precarizados, marcados como alvo desde a mais tenra idade.

Considerando o que já propunham autores como Martin-Baró, Lane e Bock (citados em Barros, Benício e Bicalho, 2019), a psicologia nos territórios latino-americanos, colonizados, idealmente, deve contribuir para a transformação das condições de vida de seus povos ao jogar luz às bases das desigualdades estruturais, proporcionando a possibilidade de que se construa coletivamente a compreensão acerca do que lhes funda como sujeitos, do que constrói e mantém suas condições de existência, possibilitando modificações – o que Baró nomeia de potencialização da virtude dos povos (Baró, citado em Barros, Benício e Bicalho, 2019). Assim sendo, as redes comunitárias, munidas do senso de comunidade, de conhecimento histórico, acrescidos do conhecimento técnico construído com esse norte ético-político, são de extrema relevância para o pensar e o construir das possibilidades e estratégias de “re-existência”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho permite sublinhar o fato de que a violência que atinge a juventude negra no Brasil não é e não deve ser lida como episódios isolados, mas como um projeto político pensado, construído e sustentado por dispositivos de racialização e de gestão de dinâmicas sociais e de vidas – categorizando-as entre as que devem viver e as que podem morrer.

A articulação entre os estudos e conceitos de Mbembe (2011), Carneiro (2023) e a psicologia crítica enriquecem as leituras dos fenômenos que se entrelaçam e tecem a realidade social das juventudes pobres e negras do país. Pode-se, assim, aprofundar a compreensão de que, para esses grupos, a morte não está resumida ao fim da vida como coisa objetiva, mas diz respeito também à precarização, à vulnerabilização e aos silenciamentos que contornam seus modos de existir.

Tendo sua corporeidade marcada pela presunção de ameaça e de criminalidade, o sujeito negro torna-se alvo de uma política de se supõe de segurança. Nesse sentido, são vários os níveis de aniquilamento de direitos, indo desde a efetivação ou garantia de direitos básicos, ao direito à vida – e nesse espaço entre, dá-se, de forma sistematizada, constante, o processo de morte em vida. As mortes simbólicas e subjetivas.

Frente a tal cenário, faz-se necessário que a Psicologia brasileira rompa com as bases de uma psicologia europeia, reconhecendo-se alocada em um mundo colonizado que carrega fenômenos e sujeitos específicos, moldados a partir – também – dos processos violentos de colonização que ainda ecoam nos funcionamentos institucionais e relacionais do país. Pensando que subjetividades – um tema que costuma ser caro à psicologia – não se desenvolvem no vácuo, mas que dependem das condições históricas e sociais, é necessário que não se permaneça nas compreensões individualizantes, psicologizantes, ou ainda patologizantes. As estruturas de desigualdade que promovem

os sofrimentos, e ainda culpabilizam indivíduos por suas condições, devem ser nomeados e cobrados para os ajustes cabíveis.

Para uma atuação que vise retirar os sujeitos do lugar do assujeitamento, é preciso que estes sejam compreendidos como sujeitos sociais e históricos, detentores de voz e capacidade de escrever e narrar as próprias histórias. Essa é a possibilidade mesma, apontada ao longo da presente discussão, para a recuperação da dignidade e das possibilidades de existência e resistência das juventudes e populações negras. Criar espaços de protagonismo para que surjam novas produções: narrativas, simbólicas, de memórias, de cuidado e de futuro – um futuro de vida e dignidade.

Com um norte ético-político, pensando a valorização da vida e da saúde, a Psicologia como campo de saber, prática e produção de conhecimento, e com a possibilidade de elaboração de políticas públicas, tem muito a contribuir, apesar dos intensos desafios postos. Estes transparecem inclusive no baixo número de produções que trazem, em si, o conceito necropolítica como norteador. Tal lacuna na produção sobre o tema específico pode ser um revelador da ausência histórica da psicologia como objeto central de estudo – ainda que evoluções tenham acontecido nesse sentido, esse eco se revela.

Fica explícita, portanto, a relevância e a urgência da ampliação do diálogo entre a psicologia e o pensamento negro – escutando a voz dos sujeitos, para que deem visibilidade aos territórios vulnerabilizados e às forças de organização comunitária e de criatividade que se erguem nos contextos marcados pela precarização e pela morte pelas mãos do Estado.

Reconhecer a forte presença do racismo estrutural e da necropolítica instalados no funcionamento institucional brasileiro, é reconhecer e nomear que a morte dos

jovens negros no país não é inevitável, muito menos é natural. Trata-se do resultado de escolhas políticas e de estruturas de poder que devem ser transformadas e a psicologia, atuando eticamente, pode participar desse processo.

## REFERÊNCIAS

- Barros, J. P. P.; Benício, L. F. de S. & Bicalho, P. P. G. de. (2019). Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(2), 33-44.
- Benício, L. F. de S.; Rodrigues, J. S.; Leonardo, C. dos S.; Barros, J. P. P.; Silva, D. B. da. & Costa, A. F. da. (2018). Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 192-200.
- Carneiro, S. (2023). Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar, Rio de Janeiro, RJ.
- Gurski, R. R. & Bianco, A. C. L. (2023). A Escola Sob Ataque e o Lento Cancelamento do Futuro. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(n. spe), 1560-1576.
- Marrocos, Y. P. O. (2023). A lei em conflito com o adolescente. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Fortaleza, 2023.
- Martin-Baró, I. (2006). Hacia uma psicologia de la Liberación. *Psicología sin Fronteras - Revista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria*, 1(2), 7-14.
- Mbembe, A. (2011). Necropolítica. (Trad.: Renata Santini). *Revista Arte & Ensaios*, 32, 123-151.

Ribeiro, P. de M. (2021). Necropolítica e objetivação da vida: aniquilação e mercantilização do criminoso. *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(3), 218-225.

Rode, C. A. & Teixeira, M. L. T. (2023). Subjetivar-se em situação de violência: a violência de Estado e a criminalidade na vida dos adolescentes da periferia autores de atos infracionais. *Psicologia Revista*, 32(1), 213–237.

Sawaia, B. B. (2001). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Vozes. Petrópolis, RJ.

Silva, M. C. & Batista, E. de M. (2020). Poeta-Opositor: estratégias de enfrentamento nas experiências de racismo cotidiano. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 9(2), 190-198.

Silva, M. M.; Ribeiro, F. M. L.; Frossard, V. C.; Souza, R. M. de.; Schenker, M. & Minayo, M. C. de S. (2021). “No meio do fogo cruzado”: reflexões sobre os impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(6), 2109-2118.

## **ANEXOS**

### **Anexo A**

#### **Figura A1**

Primeira parte da tabela constando os resultados de busca no Portal de Periódicos da Capes. Em negrito, os artigos eleitos para compor o presente trabalho.

| Ano  | Autoria                                                 | Título                                                                                                                    | Publicação + palavras-chave                                                                                                           |
|------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2017 | Oomes, F. B.                                            | Escalas da necropolítica: A produção do 'outro' e a territorialização da violência homicida no Brasil                     | Geografia Ensino e Pesquisa. / Espacialidade, Necropolítica, Violência, Homicídio.                                                    |
| 2020 | Wermuth, M. A. D.; Marcht, L. M. e de Mello, L.         | Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo                                                       | Revista de Direito da Cidade. / Escravidão; Necropolítica; Seletividade; Violência.                                                   |
| 2018 | Caravaca-Morera, J. A. e Padilha, M. I.                 | Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade                   | Texto & Contexto Enfermagem. / Transexualidade; Necropolítica; Tanatologia; Morte; Saúde coletiva                                     |
| 2021 | Hirsch, F.; Hirsch, C. C. P. B. e Monteiro, M. C. B. B. | Políticas públicas versus racismo estrutural e necropolítica no Brasil                                                    | Revista de Direito. / Políticas públicas, racismo estrutural, igualdade, Necropolítica, Brasil                                        |
| 2024 | Leite, D. M.                                            | O bolsonarismo e a necropolítica: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro à luz do ensaio de Achille Mbembe           | Humanidades em Diálogo. / Bolsonarismo, Bolsonaro, Discursos, Necropolítica, Joseph-Achille Mbembe                                    |
| 2023 | Angeli, D. e de Gáspari, M. E. R.                       | Estratégias Artísticas na Videodança Fôlego: escravidão e necropolítica em Campinas (SP-Brasil)                           | Revista Br. de Estudos da Presença / Dança; Necropolítica; Videodança; Escravidão; Campinas                                           |
| 2023 | Maia, J. de O. e Silva, D.                              | Afrontando a necropolítica no Brasil: recursos linguísticos arrojados e ativismo como formas de sobreviver                | Revista Br. de Linguística Aplicada. / Necropolítica; Violência; Recursos linguísticos; Papo Reto; Ativismo                           |
| 2022 | Coelho, A. C. N.                                        | Uma questão racial: A cidadania em contexto de políticas neoliberais                                                      | Em Sociedade. / Afrocentricidade. Cidadania. Raça. Desigualdade. Necropolítica                                                        |
| 2023 | de Freitas, F. S.; Meirelles, V. e da Silva, M. Á.      | Violência da Mulher no Brasil 2021                                                                                        | Ponto-e-virgula. / Pandemia; Comunidade LGBTQIA+; Comunidade quilombola; Metamorfose; Identidade                                      |
| 2022 | Perini, I. H. e da Silva, M. L.                         | Biopolítica, racismo estrutural e violência racial no Brasil                                                              | Revista Jovens Pesquisadores. / Biopolítica. Violência racial. Racismo estrutural.                                                    |
| 2019 | de Araújo, D. F. M. da S. o Santos, W. C. da S.         | Raça como elemento central da política de morte no Brasil: visitando os ensinamentos de Roberto Esposito e Achille Mbembe | Revista Direito e Práxis. / Juventude negra; Biopolítica; Necropolítica                                                               |
| 2018 | Vilela, A. L. S.                                        | Violência Colonial e Criminologia: Um confronto a partir do documentário Concerning Violence                              | Revista Direito e Práxis. / Violência Colonial; Criminologia; Genocídio da População Negra                                            |
| 2023 | Rosendo, J. D. G.; Flores, A. e Yamakawa, T. D. C.      | A necropolítica e a pena de morte extrajudicial no Brasil                                                                 | Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. / Biopoder, Criminalização, Pensamento Criminal                                         |
| 2021 | Sales, M.R. e do Nascimento, D. S.                      | "Periferias Renegadas" Memórias e resistências de uma Belford Roxo marcada pela violência urbana                          | Revista Maracanan. / História regional. Periferias. Estigmas. Memória.                                                                |
| 2023 | Rode, C. A. e Teixeira, M. de L. T.                     | Subjetivar-se em situação de violência                                                                                    | <b>Psicologia</b> Revista. / Adolescentes autores de atos infracionais; <b>Violência de Estado; Necropolítica; Psicologia social.</b> |
| 2022 | Bonin, I. T. e Liebgott, R. A.                          | Necropolítica e violências contra os povos indígenas no Brasil                                                            | Caminhos de Diálogo. / Povos indígenas. Violência. Necropolítica. Racismo. Direitos indígenas                                         |
| 2021 | de Andrade, A. T. e Salvador, V. C.                     | Mulheres negras movendo estruturas                                                                                        | Anais do VI Simpósio Gêneros e Políticas Públicas. / Marielle Franco; necropolítica; Rio de Janeiro                                   |
| 2022 | Ribeiro, P. de M.                                       | Necropolítica e objetivação da vida: aniquilação e mercantilização do criminoso                                           | Fractal: Revista de <b>Psicologia</b> . / Criminalização; <b>necropolítica</b> ; empreendedorismo; <b>negros</b> ; resistência        |

## Figura A2

Segunda parte da tabela constando os resultados de busca no Portal de Periódicos da Capes. Em negrito, os artigos eleitos para compor o presente trabalho.

| Ano  | Autoria                                                       | Título                                                                                                                                        | Publicação + palavras-chave                                                                                                                |
|------|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2021 | Corraide, M. T.                                               | Exposição da necropolítica do Estado brasileiro pelo hip hop: Uma análise dos textos de Djonga e Mbembe                                       | Confluências - Revista Interdisc. de Sociologia e Direito. / Racismo. Brasil. Rap. Políticas públicas.                                     |
| 2020 | Silva, M. C. e Batista, E. de M.                              | <b>Poeta-Opositor: estratégias de enfrentamento nas experiências de racismo cotidiano</b>                                                     | <b>Psicologia</b> , Diversidade e Saúde. / Poesia. Decolonial. Contramemória. <b>Necropolítica.</b>                                        |
| 2019 | de Oliveira, R. J.                                            | Capitalismo Gore no Brasil: entre farmacopornografia e necropolítica, o golden shower e a continência de Bolsonaro                            | Sociologias Plurais. / Capitalismo Gore, Gênero e Sexualidades, Violência, Bolsonaro.                                                      |
| 2021 | Costa, A. P. M.                                               | Juvenicídio: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil                                                                        | Revista Direito e Práxis. / Juvenicídio; Necropolítica; Mortalidade de jovens no Brasil                                                    |
| 2019 | Barros, J. P. P.; Benício, L. F. de S. e de Bicalho, P. P. G. | <b>Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia?</b>                                                                | <b>Psicologia</b> Ciência e Profissão. / <b>Violências; Psicologia;</b> Homicídios; Encarceramento; <b>Necropolítica</b>                   |
| 2018 | Benício, L. F. de S. et al                                    | <b>Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE</b>                                        | <b>Psicologia</b> Ciência e Profissão. / <b>Homicídios;</b> Adolescência; <b>Juventude;</b> <b>Segurança Pública; Psicologia</b>           |
| 2021 | Silva, M. M. et al                                            | <b>"No meio do fogo cruzado": reflexões sobre os impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro</b> | Ciência & Saúde Coletiva. / Violência com armas de fogo; <b>Saúde; Violência;</b> Atenção Primária em Saúde; Leis sobre Drogas             |
| 2019 | Rodrigues, H. C. F. e Pinheiro, J. de J.                      | A necropolítica neoliberal de encontro ao nomadismo: uma cartografia dos povos errantes na Bahia, no contexto do bolsonarismo no Brasil       | Extraprensa. /                                                                                                                             |
| 2020 | Azevedo, L. M. D. e Martins, Z.                               | Política de morte: A mira certa sem comoção                                                                                                   | Mosaico. / Necropolítica; Razão Negra; mídia                                                                                               |
|      |                                                               | Apresentação / Editorial - V.11, N.1, 2020                                                                                                    | Direito e Práxis.                                                                                                                          |
| 2019 | Santos, F. M.                                                 | O morto no lugar dos mortos: classificações, sistemas de controle e necropolítica no Rio de Janeiro                                           | Revista M -Estudos sobre a morte os mortos e o morrer. / Mortos – Sistemas classificatórios – Controles estatais – Governo – Necropolítica |
| 2017 | Neto, R. C. e de Calazans, M. E.                              | Necropolítica racial criminal em uma capital do nordeste do Brasil: Uma análise criminológica dos homicídios em Salvador                      | PIXO - Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade. / estado de exceção, homicídio, racismo, segurança política.                     |
| 2021 | Kussler, L. M.                                                | Da biopolítica à necropolítica contemporânea: implicações do [neo]liberalismo na governamentalidade e a tarefa decolonial no Brasil.          | Revista Online de Filosofia. / Biopolítica; Michel Foucault; Necropolítica; Achille Mbembe; Filosofia decolonial                           |
| 2022 | Santos, E. da S.                                              | Necropolítica bolsonarista e discurso autoritário: considerações acerca dos impactos causados às pessoas que vivem com HIV                    | Extraprensa. / Governo Bolsonaro; Ações necropolítica; Discurso excludente; PVHIV                                                          |
| 2022 | Pessoa, R. G. F. e do Nascimento, E. F.                       | Feminicídio Brasil-México - Experiências das colonizações violentas dos corpos de mulheres negras e indígenas                                 | Textos & Contextos. / Decolonialidade, Neocolonialismo, Racismo Estrutural, Interseccionalidade, Mulheres Mortas                           |
| 2024 | Freire, A. R. S. e Vieira, T. G.                              | Revista Thesis Juris - v. 13, n. 1, jan./jun. 2024                                                                                            | Revista Thesis Juris. /                                                                                                                    |
| 2023 | Oliveira, R. J. P.; Passos, C. N. S. e Santiago, E. M.        | Juventudes no Estado democrático brasileiro                                                                                                   | Conectar - Debate entre o público e o privado. / necropolítica, políticas públicas, juventudes, organizações criminosas                    |

### Figura A3

Terceira e última parte da tabela constando os resultados de busca no Portal de Periódicos da Capes. Em negrito, os artigos eleitos para compor o presente trabalho.

| Ano  | Autoria                                                                | Título                                                                                                                                   | Publicação + palavras-chave                                                                                                                        |
|------|------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2019 | de Queiroz, I. P. e Sganzerla, A.                                      | Genocídio do povo negro e bioética: uma questão antropológica.                                                                           | Problemata. / Antropologia, Colonialismo, Genocídio, Liberdade, Sobrevivência                                                                      |
| 2019 | de Barros, R. A. L.                                                    | Uma leitura da biopolítica: reflexões sobre a Segurança Pública no Brasil (2006 – 2017)                                                  | Horizontes. / Biopolítica; Violência; Justiça criminal; Tanatopolítica; Necropolítica                                                              |
| 2023 | Goés, L.                                                               | Manifesto negro por uma educação jurídica antirracista.                                                                                  | Criar Educação. / Necropolítica, Genocídio, Epistemicídio, Educação jurídica antirracista.                                                         |
| 2022 | Coca, E. L. de F.; Masson, G. A.; Vinha, J. F. de S. C. e Filho, J. S. | Apresentação                                                                                                                             | Revista Campo-Território. /                                                                                                                        |
| 2023 | Meleu, M. e Kuhn, P. R.                                                | Necropolítica e reificação: uma realidade que avança e desafia as instituições brasileiras por políticas constitucionais                 | THEMIS - Revista da Esmec. / Necropolítica, Reificação, Instituições brasileiras, Políticas constitucionais                                        |
| 2023 | Fernandes, N. V. E.                                                    | Racismo estrutural e religioso contra Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro durante a Pandemia do COVID-19                        | Revista Calundu. / Comunidade de Terreiro, Religiões afro-brasileiras, Racismo Estrutural, Racismo Religioso, Necropolítica, Covid-19              |
| 2021 | Caixeta, J. F.                                                         | Poesia e racismo em tempos de Covid-19                                                                                                   | Matraga. / Racismo de Estado, Pandemia, Poesia.                                                                                                    |
| 2024 | Nascimento, V. A.                                                      | Transassassinatos, vidas precárias e necropolítica                                                                                       | Revista Inter-Legere. / Mulheres transexuais e travestis, Transassassinatos, Necropolítica, Vidas precárias                                        |
| 2020 | da Silva, V. M. e Leão, P. C. da R.                                    | Das escalas da crise às escalas do genocídio: uma pequena leitura dos impactos do COVID-19 sobre os povos indígenas no Brasil            | Ensaios de Geografia. / Covid-19; Territórios Indígenas; Violência                                                                                 |
| 2020 | Wermuth, M. A. e Nielsson, J. G.                                       | Necropolítica de gênero no Brasil contemporâneo: o feminicídio em tempos de fascismo social                                              | Revista Brasileira de Políticas Públicas. / Violência de gênero; Feminicídio; Biopolítica; Necropolítica; Patriarcalismo.                          |
| 2022 | Malheiro, B. C.                                                        | Territorialização corporativa e geografias de exceção: Mineração e o governo bio/necropolítico do território na Amazônia                 | AMBIENTES Revista de Geografia e Ecologia Política. / Territorialização corporativa; Geografias de exceção; Grandes projetos; Mineração; Amazônia. |
| 2023 | Gurak, R. e Bianco, A. L.                                              | <b>A Escola Sob Ataque e o Lento Cancelamento do Futuro</b>                                                                              | Estudos e Pesquisas em <b>Psicologia</b> . / Escola; psicanálise; educação; política; <b>estado suicidário</b> .                                   |
| 2022 | Kern, M. T. e Custódio, A. V.                                          | Homicídios de crianças e adolescentes por armas de fogo: uma análise dos indicadores entre 2016 e 2019 sob a perspectiva étnico-racial   | Direito e Desenvolvimento. / Adolescente; Criança; Étnico-racial; Homicídio; Racismo                                                               |
| 2023 | Stolz, S.; da Silva, B. M. e da Costa, R. I.                           | apagamento da cultura alimentar dos povos indígenas e a sistemática necropolítica dos Yanomami                                           | Políticas Culturais em Revista. / Yanomami, Cultura Alimentar, Necropolítica, Etnocídio, Direitos Humanos                                          |
| 2021 | Sommer, V. S.                                                          | Entrevista com Freda Indursky                                                                                                            | Voices and Dialogue. /                                                                                                                             |
| 2023 | de Oliveira, C. C. e E Silva, C. R. de C.                              | Estado, direito, capitalismo e saúde: revisão de escopo sobre cuidado em vulnerabilidade social durante a pandemia de COVID-19 no Brasil | Journal of Management & Primary Health Care. / Organização Comunitária; Vulnerabilidade Social; Sistema Único de Saúde; Atenção Primária à Saúde   |

D

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
 Av. Universitária, 10691 Setor Universitário  
 Caixa Postal 861 CEP 74605-010  
 Goiânia, Goiás, Brasil  
 www.pucgoias.edu.br

Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD  
 Curso de Psicologia  
 Eixo: Integração e Prática  
 Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II  
 Professor(a): Dile Rêgina Spadim

#### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO E PRODUÇÃO ACADÊMICA

O(s) (A)(s) estudante(s) Joussu Batista Pereira Junior do curso de Psicologia, matrícula 2021.1.0003.0198-9, telefone: (62)99231-7488, e-mail joussubtatistapereira@gmail.com, na qualidade de titular(es) dos direitos autorais, em consonância com a Lei no 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "A juventude negra brasileira sob cerco: o racismo estrutural, eleita da à racropolítica e a Psicologia" gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG): Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 01 de Dezembro de 2025.

Joussu Batista Pereira Junior  
 Autor(res)

\_\_\_\_\_  
 Professor(a) Orientador(a)